



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº. 16/2018/TCM-PA, de 07 de agosto de 2018.

EMENTA: ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Administrativa Nº 11.536, DE 01 DE JULHO DE 2014, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 27/2016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE REGULAMENTA O ACESSO AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, ASSINATURA ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, inciso II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º e 15, inciso VII, do Ato nº. 19/2017, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO a necessidade de gerenciamento dos sistemas de processamento eletrônico de prestações de contas e demais processos, sob competência deste TCM-PA, bem como do constante aperfeiçoamento das tecnologias de informação, no âmbito do controle externo;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação nos critérios inerentes à restituição de prazos, fixados à responsabilidade dos jurisdicionados, nas hipóteses de indisponibilidade e/ou manutenção dos sistemas informatizados do TCM-PA;

RESOLVE:

APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA QUE DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS, JUNTO À RESOLUÇÃO Administrativa N.º 11.536, DE 01 DE JULHO DE 2014, VINCULADA AO ACESSO AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 8º, da Resolução Administrativa n.º 11.536/2014, alterada pela Resolução Administrativa n.º 11.832/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º. Os períodos de indisponibilidade de quaisquer dos serviços referidos no art. 6º serão devolvidos, a partir do 1º dia subsequente ao prazo final fixado para o jurisdicionado, quando:

I – A indisponibilidade for superior a 60 (sessenta) minutos, ininterruptos ou não, computados em um mesmo dia;



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

II – Ocorrer indisponibilidade, por manutenção dos sistemas informatizados.

Parágrafo Único. *A devolução/restituição de prazo, fixada no caput deste artigo, será automaticamente parametrizada pelo próprio sistema informatizado, sob supervisão da Diretoria de Tecnologia da Informação do TCM-PA.*

Art. 2º. Publicada a presente alteração normativa, os dispositivos alterados deverão ser consolidados ao texto da **Resolução Administrativa n.º 11.536/2014**, procedendo-se nova publicação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, através do Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **07 de agosto de 2018.**


MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira / Vice-Presidente / Presidente da Sessão


JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro / Corregedor


ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro


FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro


JOSÉ ALEXANDRE DA CUNHA PESSOA
Conselheiro Substituto (Portaria nº 660/2018)